

Após as eleições brasileiras¹

Renato Janine Ribeiro²

Tradução de Douglas F. Barros

RESUMO

As eleições e a vitória de Lula em 2002 tornaram explícita a oposição programática e doutrinária entre o PT e o PSDB. O PT e Lula representam os grupos organizados, os subpovos, e constituem a vertente democrática da política brasileira, que exige a justa distribuição dos direitos e dos bens entre os despossuídos. O PSDB, ao defender a sociedade em geral antes dos grupos, representa a vertente republicana. Embora constituam as duas forças políticas mais avançadas do espectro político nacional, aglutinadas e estruturadas depois do golpe militar de 1964, esses partidos têm se colocado nos últimos anos como adversários e não como cooperadores de um projeto progressista para o país.

Palavras-chave: Democracia; República; eleições; PT; PSDB.

ABSTRACT

The elections and Lula's victory in 2002 made explicit the programmatic and doctrinarian opposition between the PT (Workers' Party) and the PSDB (Party of Brazilian Social Democracy). The PT and Lula represent the organized groups, the sub-peoples, and constitute the democratic side of Brazilian politics, which requires a fair distribution of rights and goods among the dispossessed. The PSDB, while defending society as a whole rather than groups, represents its republican side. Despite being the two most advanced political organizations of Brazilian political spectrum, both created and structured after the military coup of 1964, these political parties have positioned themselves as rivals one of the other, instead of collaborating in a progressive project for the country.

Keywords: Democracy; Republic; elections; PT; PSDB.

¹ Artigo publicado originalmente na revista *Hermês*, nº 35, jan. 2003, e inserido no dossiê "Comunicação política" desta revista por abordar aspectos centrais da política e da democracia brasileiras.

² Professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo e, desde 2004, diretor de avaliação da Capes (www.renatojanine.pro.br). Entre suas obras destacam-se: *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo* (2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999), *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Prêmio Jabuti de 2001) e *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes* (Rio de Janeiro: Campus, 2003).

As eleições no Brasil, neste mês de outubro [este artigo foi escrito no final de 2002], mudaram completamente as relações entre os dois melhores partidos brasileiros, o Partido dos Trabalhadores (PT), que acaba de levar a presidência com seu líder Lula, e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que deixa o poder após oito anos. É necessário lembrar que após o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, numerosos eleitores e mesmo membros desses dois partidos declararam ser de sua intenção firmar uma aliança entre o PT e o PSDB. Por que tal aliança não ocorreu pode ser algo que pertença à *pequena história*³, mas o certo é que, depois de 1994, a distância entre os dois partidos fez somente crescer.

Os dois partidos pertenceram à franja mais à esquerda da aliança contra a ditadura militar. Mas a aliança que o PSDB arma em 1994 com o PFL, partido que sustentou o regime de exceção até o último momento, da mesma forma que a adoção de uma política econômica que muitos consideraram como neoliberal, tornaram bastante difíceis as relações PSDB–PT. Contudo, nesses últimos oito anos, o país aproveitou muito o fato de que teve à frente dos dois campos adversários os melhores partidos de sua história, os dois motivados por idéias e ideais, antes que por interesses de suas clientelas.

Podemos dizer que a boa política de nossos dias, aquela que nos legou o século XX, gira em torno de quatro idéias mestras – a república, a democracia, o liberalismo e o socialismo. Essas idéias são divergentes, talvez até opostas (no caso das duas últimas da lista) – pouco importa: hoje toda boa política deve-se inspirar, em alguma medida, nesses quatro ideais (de outra parte, a má política de nossos dias se concentra em duas vertentes, o totalitarismo e o racismo).

Para compreender a democracia⁴, não é suficiente evocar a etimologia do termo grego, a idéia de um poder que per-

³ Falava-se em 1993 de uma aliança para 1994: Lula para a presidência, Mário Covas (PSDB) governador de São Paulo. Fernando Henrique Cardoso, no interior do PSDB, se opôs à candidatura de Lula (PT), e José Dirceu, do PT, àquela de Covas. Mas, para dizer a verdade, os projetos de cada partido já divergiam muito, com o PSDB desejando modernizar a economia no sentido da globalização.

⁴ Desenvolvi estas idéias no artigo “Democracia versus república: a questão do desejo nas lutas sociais” (in BIGNOTTO, Newton [org.] *Pensar a República*. Belo Horizonte: UFMG, 2000) e nos livros: *A República* (São Paulo: Publifolha, 2001) e *A Democracia* (São Paulo: Publifolha, 2001).

tence ao povo. É preciso igualmente lembrar que na Grécia tanto os defensores quanto os detratores desse regime o compreendiam como aquele no qual o poder está nas mãos de *hoi polloi*, isto é, da multidão, dos pobres; eis por que os inimigos da democracia temiam que os despossuídos se mobilizassem apenas para espoliar os ricos. Essa dimensão da democracia – seu apelo ao desejo da massa, que almeja possuir mais bens – foi ignorada no Ocidente na época da ressurreição desse regime. Quando ele foi reconstituído, no século XVIII, tal apelo foi cuidadosamente amputado no alcance social que teve na Grécia antiga. Mas nos lembremos da lição de Montesquieu, segundo a qual não é mais suficiente considerar cada regime em sua estrutura, em suas instituições (o que ele chamava sua *natureza*): precisamos também levar em conta os sentimentos, as qualidades afetivas que levam seus súditos a aceitá-lo, o que ele chamava de seu *princípio*. Se hoje nos perguntamos o que assegura o apoio do povo, do *demos* atual, à democracia, diremos que é o desejo de ter e de ser sempre mais. A democracia é o regime do desejo – da cidadania enquanto desejo.

Por outro lado, a idéia romana de república acentua a superioridade do bem comum sobre os interesses – e os desejos – privados. É o regime do domínio de si pela vontade. Portanto, se toda política decente de nossos dias deve ser republicana e democrática, permanece uma tensão entre essas duas identidades, porque a massa lhe concede seu apoio somente se ela satisfizer pelo menos alguns de seus desejos – mas de outra parte esse regime funciona apenas se o espírito da coisa pública fizer que todos renunciem em alguma medida a seus desejos e a seus interesses.

Compreendemos assim certas dificuldades da política num tempo no qual, sobretudo no Ocidente, a renúncia aos desejos e aos interesses parece algo que não podemos exigir das pessoas. Pensemos nos terroristas do 11 de setembro

sacrificando suas vidas e comparemos aquilo à mobilização proposta pelo presidente Bush, que, pela primeira vez na história em tempos de guerra, não exigia que os cidadãos economizassem, mas sim consumissem, comprassem a fim de fazer funcionar a economia. É o mesmo espírito que pôs fim à conscrição obrigatória, substituindo os recrutas cada vez mais por soldados profissionais. O consumo, talvez até o consumismo, é a tradução do desejo na linguagem da sociedade de massas.

Eu defendo que o PT exprime a vertente democrática da política brasileira e que o PSDB representa sua corrente republicana. O conflito entre eles reside nessa diferença. O apelo do PT aos seus eleitores, que lhe deram o maior número de votos, legitima o desejo deles de igualdade. A enorme massa de sem-terra, sem-teto, sem-emprego acredita que o partido poderá lhe trazer as chances de *ter* mais bens e de *ser* mais respeitada. Mas o problema do PT é que numa sociedade complexa como a nossa não há mais um *demos* único, um povo como o de Atenas, talvez até aquele com o qual sonhavam os românticos e os marxistas – mas uma miríade de pequenos *demoi*, que chamarei de *subpovos*. Cada um desses grupos – os sem-terra, as feministas, os gays, os desempregados, os funcionários públicos, a comunidade universitária – se mobiliza com uma intensidade, até mesmo uma organicidade comparável à do *demos* dos antigos, mas o problema é que todos são apenas partes, somente parcelas, talvez até mesmo partidos: mas a soma de todos eles não fará jamais um universal; a política atual não é mais hegeliana, ela não tem mais um universal.

Tal é a crítica que o PSDB dirigiu ao PT nesses últimos anos – e um pouco a todos os outros atores da política brasileira: eles não seriam capazes de levar em conta os direitos da sociedade como tal. O apoio do PT aos movimentos sociais se faria em detrimento da sociedade (esses movi-

mentos seriam então corporativistas, diziam eles). Um dia, quando o Supremo Tribunal Federal se recusou a condenar uma paralisação dos funcionários públicos, que exigiam reajustes atrasados, o presidente Fernando Henrique Cardoso teria afirmado: “Eles [os juízes] não pensam no Brasil”. É notável essa fórmula que reivindica para seu partido, o PSDB, o monopólio da capacidade de pensar no todo, de proferir o discurso universal, de compreender o país e de defender seus interesses. Esse foi um dos *leitomotive* do discurso tucano.

Com isso, em primeiro lugar, o PSDB veio a desqualificar sistematicamente toda prática democrática efetiva, quer dizer, a dos movimentos sociais, a dos subpovos dos quais falei e que se aproximaram cada vez mais do PT. O PSDB se voltou então contra os movimentos sociais e democráticos, acusando-os de corporativistas. Apostou então na desmobilização, antes que na mobilização das massas.

Segundo, sem ter o apoio dos movimentos sociais, o discurso republicano do PSDB não pôde ter outra racionalidade senão a do capital. Os mercados vieram a ser o ponto de referência por excelência do discurso oficial, o índice com base no qual media sua política. Somente na véspera das eleições, quando a derrota se revelava iminente, foi que o presidente da República começou a criticar os mercados, que se teriam tornado irracionais. Mas o governo continuava a acreditar que era preciso acalmá-los, a qualquer preço. A crítica do ex-presidente não soava convincente.

O que chamo ponto de vista *republicano*, certos ideólogos tucanos preferiram compreender com base na linguagem hegeliana. A *res publica* seria o universal, fazendo que os movimentos sociais estivessem limitados à particularidade – que caracteriza, conseqüência essa muito pesada, o social. Tal fator terá sido, afinal de contas, a causa da derrota tucana. Os temas republicanos estavam presentes

antes no discurso que na prática do PSDB. Se o PT, como oposição, mas também no âmbito das prefeituras e de alguns Estados que ele governava, apostava numa real prática democrática, aquela da mobilização das massas, o PSDB, no governo da economia e dos Estados mais poderosos, não libertou a política e a sociedade brasileiras da hipoteca do capital financeiro.

Essa diferença explica o antagonismo de nossos melhores partidos. Nas eleições nacionais, em que a principal aposta é a economia, o centro (PSDB) e a direita (sobretudo o PFL, que rompeu com os militares no final da ditadura, mas igualmente o PP dos ditatoriais não arrependidos) se uniram, desde 1994, contra o PT, em torno de uma agenda liberal. Contudo, no plano dos Estados e das prefeituras, em que estão em causa os valores e as questões de sociabilidade, no momento das eleições o centro se aproxima da esquerda (o PT), sobretudo quando há segundo turno, recriando aqui a divisão de forças políticas que data do tempo da ditadura.

Muitos acreditavam que o ideal seria que a esquerda avançasse pouco a pouco, que elegeisse ainda prefeitos e governadores de Estado; assim, ela alimentaria alianças no terreno com o centro; formaria uma geração de novos administradores e, em 2006 ou 2010, lutaria pela presidência com um candidato que sofresse menor rejeição que Lula. Mas nada se deu dessa forma. A estratégia de Lula se revelou compensadora. Foi aceito pela esmagadora maioria dos eleitores. Por outro lado, nenhum Estado importante foi conquistado pela esquerda, que perdeu até o Rio Grande do Sul, cuja capital, Porto Alegre (que permaneceu nas mãos do PT até 2004), veio a ser o símbolo da luta contra a globalização. De toda forma, o PT é o partido com a maior bancada na Câmara dos Deputados e o único a estar presente nas 27 assembléias estaduais⁵.

⁵ A maior bancada não ultrapassa 91 deputados num total de 513. As três bancadas parlamentares que se seguem são o PFL (direita, 84), o PMDB (centro, 74) e o PSDB (centro, 71). De toda maneira, Lula não terá no Congresso a maioria confortável com a qual contou Fernando Henrique.

N.T.: O número de parlamentares em cada bancada sofreu alterações desde as eleições presidenciais. Em março de 2005, a composição dos parlamentares apresenta-se da seguinte maneira: PFL, 61; PMDB, 90; PSDB, 51.

Os prognósticos? O grande desafio do PT será totalizar os desejos dos subpovos que compõem (ou decompõem?) uma sociedade complexa. (Foi a incapacidade do partido de conciliar os desejos dos trabalhadores dos transportes coletivos e os da população que levou o PT a perder a prefeitura de São Paulo para Paulo Maluf, em 1992: durante os oito anos seguintes, a família política do líder dos ditatoriais não-arrepêndidos conduziu a maior cidade brasileira a uma enorme crise.) O PT deverá adiar a satisfação de muitos desejos; deverá forjar um discurso republicano que foi até agora a marca do PSDB, mais que sua.

Por outro lado, a direita nostálgica da ditadura sofreu um terrível golpe com a derrota de Maluf para o governo de São Paulo – sem mesmo chegar ao segundo turno –, que pela primeira vez nesse Estado opôs o PSDB, finalmente vencedor, ao PT. Os principais líderes da direita, como Maluf e Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, perderam suas dimensões nacionais, sendo reduzidos a lideranças regionais. A direita não teve sequer candidato à presidência. Da mesma forma que nas eleições nacionais, em inúmeros Estados, a oposição principal se dá agora entre o PT e o PSDB. Evidentemente isso fará somente distanciarem-se mais e mais nossos melhores partidos, cada um dos quais se vendo intimado a firmar alianças nem sempre admiráveis – mas, de outra parte, essa dupla liderança do discurso e da prática política melhorou e continuará a melhorar a qualidade de nossa política.

Para finalizar, podemos nos lembrar que em 2000 muitos analistas englobavam o PFL entre os partidos de real perfil ideológico e de forte presença política. Mas, nos dois últimos anos, uma sucessão de erros políticos levou, em primeiro lugar, seu cacique Antônio Carlos Magalhães a perder seu papel nacional; em seguida, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, a perder a candidatura presi-

dencial. Mas essas circunstâncias provavelmente não foram a causa, e sim o sintoma da perda da base social do partido que reuniu as principais oligarquias regionais. Em resumo, se não houver um desastre econômico, o que infelizmente depende muito pouco de Lula, porque o que conta desse ponto de vista é a influência internacional e a especulação bancária, os anos que estão por vir podem ser bastante ricos para a democracia brasileira.